

RECURSO ESPECIAL Nº 1.847.996 - RS (2019/0337897-0)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : TENDENCIA INFORMACOES E SISTEMAS LTDA
ADVOGADOS : ANDRÉ LUIS XAVIER MACHADO E OUTRO(S) - MS007676
LORAINÉ MATOS FERNANDES - MS009551
LUIZA CAROLEN CAVAGLIERI FACCIN - MS013757
RECORRIDO : FORUM TELECOM DISTRIBUICAO E COMERCIO DE PRODUTOS
TELEFONICOS LTDA
ADVOGADOS : JOÃO ADALBERTO MEDEIROS FERNANDES JUNIOR - RS040315
LAURENCE BICA MEDEIROS - RS056691
ARTHUR ALVES SILVEIRA E OUTRO(S) - RS080362
LICA SANT'ANNA DELLA GIUSTINA - RS072739

DECISÃO

Trata-se de recurso especial, fundado no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, interposto por TENDENCIA INFORMACOES E SISTEMAS LTDA contra v. acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado (fl. 87):

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. CLÁUSULA DE ELEIÇÃO DE FORO EM CONTRATO DE ADESÃO. ABUSIVIDADE DEMONSTRADA NO CASO CONCRETO.

No ordenamento jurídico brasileiro, em homenagem ao princípio da autonomia da vontade, há expressa previsão acerca da possibilidade de estabelecimento de foro convencional, nos termos do art. 63 do Código de Processo Civil, segundo o qual "As partes podem modificar a competência em razão do valor e do território, elegendo foro onde será proposta ação oriunda de direitos e obrigações.". O afastamento de tal cláusula é situação excepcional, possibilitada somente se, conforme jurisprudência consolidada do STJ, no momento da celebração a parte não dispunha de suficiente compreensão do sentido da disposição contratual e as consequências da estipulação; da prevalência da convenção resultar inviabilidade ou especial dificuldade de acesso ao judiciário; e tratando-se de contrato de obrigatória adesão, isto é, o que tenha por objeto produto ou serviço fornecido com exclusividade por determinada empresa. No caso concreto, verifica-se existente desigualdade extremada entre as partes apta a tornar iníqua a cláusula verga stada. Agravo a que se dá provimento.

AGRAVO PROVIDO."

Os embargos de declaração foram rejeitados, vide acórdão às fls. 109-113.

Nas razões do recurso especial, a recorrente alega violação aos arts. 1.022, 55, § 3º, 58, 59 e 63 do Código de Processo Civil de 2015, ao argumento, entre outros, que: a) o acórdão estadual está omissis; e b) a natureza do contrato é cível-comercial, firmado entre duas grandes empresas, devendo a cláusula de eleição de foro ser cumprida.

Contrarrazões às fls. 156-171.

É o relatório. Decido.

Cumpra observar que o recurso especial foi interposto contra acórdão publicado publicado já na vigência do CPC de 2015, aplicando-se ao caso o Enunciado Administrativo n.º 3 do Plenário do STJ: *"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC"*.

O recurso em apreço não merece prosperar.

Inicialmente, rejeita-se a alegada violação do art. 1.022 do CPC/2015, uma vez que o eg. TJ-RS analisou os pontos essenciais ao deslinde da controvérsia, dando-lhes robusta e devida fundamentação. Com efeito, é uníssona a jurisprudência desta eg. Corte no sentido de que o magistrado não está obrigado a responder a todos os argumentos apresentados pelos litigantes, desde que aprecie a lide em sua inteireza, com suficiente fundamentação. Nesse sentido, destacam-se:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE AFRONTA AO ART. 1.022 DO CPC/2015. INOVAÇÃO RECURSAL. VÍCIOS DE CONSTRUÇÃO. LEGITIMIDADE ATIVA DO CONDOMÍNIO. DECISÃO MANTIDA.

(...)

2. Inexiste afronta ao art. 1.022 do CPC/2015 quando o acórdão recorrido analisou todas as questões pertinentes para a solução da lide, pronunciando-se, de forma clara e suficiente, sobre a controvérsia estabelecida nos autos.

(...)

4. Agravo interno a que se nega provimento."

(AgInt no AREsp 1071467/SP, Rel. **Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA**, QUARTA TURMA, julgado em 10/10/2017, DJe 17/10/2017 - grifou-se)

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CONTRATUAL. CONTRATO DE

EMPREITADA E FORNECIMENTO DE MATERIAL. MÁ EXECUÇÃO DA OBRA. DANO MATERIAL. VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO NOVO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. CONCLUSÃO ACERCA DA CULPA CONCORRENTE. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ.

1. Não há falar em violação ao art. 1.022 do Novo Código de Processo Civil (art. 535 do Código de Processo Civil de 1973), pois o Eg. Tribunal a quo dirimiu as questões pertinentes ao litígio, afigurando-se dispensável que venha examinar uma a uma as alegações e fundamentos expendidos pelas partes. Basta ao órgão julgador que decline as razões jurídicas que embasaram a decisão, não sendo exigível que se reporte de modo específico a determinados preceitos legais. Além disso, não significa omissão quando o julgador adota outro fundamento que não aquele perquirido pela parte.

(...)

4. Agravo interno não provido."

(AgInt no AREsp 1083279/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 26/09/2017, DJe 02/10/2017 - grifou-se)

Prosseguindo nas razões do apelo especial, tem-se que, ao alegar violação ao art. 55, § 3º, 58, 59 e 63 do CPC/2015, a recorrente sustenta que deve prevalecer a cláusula de eleição de foro, pois se trata de contrato de natureza cível-comercial ajustado entre empresas de grande porte. Por sua vez, o TJ-RS, com arrimo no acervo fático-probatório, assim dirimiu a controvérsia (fls. 89-91):

"Com efeito, impende ressaltar que, no ordenamento jurídico brasileiro, em homenagem ao princípio da autonomia da vontade, há expressa previsão acerca da possibilidade de eleição de foro convencional, nos termos do art. 63 do Código de Processo Civil, segundo o qual "As partes podem modificar a competência em razão do valor e do território, elegendo foro onde será proposta ação oriunda de direitos e obrigações." .

Corroborando tal possibilidade, o Supremo Tribunal Federal firmou entendimento de que "é válida a cláusula de eleição do foro para os processos oriundos de contrato", conforme Enunciado de Súmula 335.

Destarte, o afastamento de tal cláusula é situação excepcional e, conforme jurisprudência consolidada do STJ, possibilitada somente se no momento da celebração a parte não dispunha de suficiente compreensão do sentido da disposição contratual e as consequências da estipulação; se da

prevalência da convenção resultar inviabilidade ou especial dificuldade de acesso ao judiciário; e tratando-se de contrato de obrigatória adesão, isto é, o que tenha por objeto produto ou serviço fornecido com exclusividade por determinada empresa.

Tal inteligência deve ser levada a efeito mesmo em casos em que seja reconhecida a relação de consumo, ou que a cláusula venha prevista em contrato de adesão, conforme vem se posicionando o Superior Tribunal de Justiça:
(...)

No caso concreto, verifica-se a existência de desigualdade acentuada entre as partes apta a tornar iníqua a cláusula vergastada, ainda que se trate de relação civil entre duas empresas, em que se está em questão a revisão do contrato havido entre elas. Ademais, a remessa do feito a outro Estado trará dificuldade de acesso do ora agravante à sua defesa judicial.

Ante tais considerações, demonstrada, repito, no caso concreto, a abusividade da cláusula de eleição de foro, o voto é por dar provimento ao agravo de instrumento, para manter o feito no foro em que proposto." (grifou-se)

Sobre o tema, tem-se que a iterativa jurisprudência desta Corte se firmou no sentido de "ser válida a cláusula de eleição de foro, que pode ser afastada quando reputada ilícita em razão de especial dificuldade de acesso à justiça ou no caso de hipossuficiência da parte" (AgInt no AREsp 1.178.201/SP, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 24/04/2018, DJe de 02/05/2018). Nessa linha de inteligência, confira-se:

"AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CLÁUSULA DE ELEIÇÃO DE FORO EM CONTRATO DE ADESÃO. SOCIEDADE COMPOSTA POR DOIS ADVOGADOS. HIPOSSUFICIÊNCIA DEMONSTRADA FRENTE A INSTITUIÇÃO BANCÁRIA RECORRENTE. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. "A jurisprudência desta Corte Superior possui entendimento no sentido de ser válida a cláusula de eleição de foro, que pode ser afastada quando reputada ilícita em razão de especial dificuldade de acesso à justiça ou no caso de hipossuficiência da parte" (AgInt no AREsp 1.178.201/SP, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 24/04/2018, DJe de 02/05/2018).

(...)

3. Agravo interno a que se nega provimento."

(AgInt no REsp 1583735/SP, Rel. **Ministro RAUL ARAÚJO**, QUARTA TURMA, julgado em 02/04/2019, DJe 15/04/2019 - grifou-se)

No caso, conforme se verifica do trecho ora transcrito, o Tribunal de origem concluiu que restou demonstrada a desigualdade entre os litigantes apta a tornar iníqua a cláusula vergastada, ainda que se trate de relação civil entre duas empresas. Nesse sentido, a pretensão de alterar o entendimento firmado ensejaria o revolvimento do suporte fático-probatório e análise de cláusulas contratuais, o que é inviável em sede de recurso especial, conforme dispõem as Súmula n. 7 e 5 do STJ.

A propósito:

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. COMPRA E VENDA DE SOJA. COMPETÊNCIA DECLINADA DE OFÍCIO. CLÁUSULA DE ELEIÇÃO DE FORO. NULIDADE RECONHECIDA. POSSIBILIDADE. HIPOSSUFICIÊNCIA DO CONTRATANTE CONSTATADA. POSSIBILIDADE DE DESLOCAMENTO DA COMPETÊNCIA. PRECEDENTES DESTA CORTE. SÚMULA 83/STJ. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS E INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. A solução adotada pelo Tribunal estadual está em harmonia com a orientação jurisprudencial desta Corte Superior sobre o tema, no sentido de que a cláusula de eleição de foro firmada em contrato é válida, desde que não tenha sido reconhecida a hipossuficiência de uma das partes ou embaraço ao acesso à justiça, como reconhecido no caso dos autos. Incidência, no ponto, da Súmula n. 83 do STJ.

2. A alteração da conclusão do acórdão recorrido quanto à comprovação da hipossuficiência da parte recorrida em relação à empresa ora recorrente, demandaria, necessariamente, a interpretação das cláusulas contratuais e o exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providências vedadas no âmbito do recurso especial, nos termos das Súmulas 5 e 7 do STJ.

3. Agravo regimental improvido."

(AgRg no AREsp 751.139/SC, Rel. **Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE**, TERCEIRA TURMA, julgado em 01/04/2019, DJe 09/04/2019 - grifou-se)

Com essas considerações, conclui-se que o apelo não merece prosperar.

Diante do exposto, nos termos do art. 255, § 4º, II, do RISTJ, nego

Superior Tribunal de Justiça

provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 19 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator